

Vítor Vaqueiro: "A normativa oficial do galego é um dispositivo de espanholização"

Vítor Vaqueiro recebe amanhã a Letra E, de escritor, que outorga a AELG (Asociación de Escritoras e Escritores en Lingua Galega). É esta uma homenagem na sua terra, Santiago de Compostela, na vigésima sexta edição dum ato que converte o autor em membro de honra da entidade.

Irene Pin 18/set./20

<https://www.nosdiario.gal/articulo/cultura/vitor-vaqueiro-uma-editora-faz-300-correcoes-86-mudam-palavra-galega-outra-espanhola/20200917183402105159.html>

Vítor Vaqueiro recebe com "alegria e agradecimento" a Letra E da AELG (Asociación de Escritoras e Escritores en Lingua Galega). Também o assalta uma certa sensação de volta ao passado. "Eu devo ser agora dos primeiros números, porque quando se fundou eu tinha o 25 e muitas das pessoas que me precederam já não estão", diz.

—Embora estudar química e exercer como professor de matemáticas, decidiu dedicar-se à fotografia. Que o atraiu da imagem?

Foi uma série de fatores, alguns casuais. Caiu nas minhas mãos um livro de Susan Sontag sobre o tema e logo outro de Barthes, *A câmara clara*. Dalguma maneira, abriu-me um horizonte diferente. Recebi um encargo fotográfico duma modista, Maria Moreira, e comecei a trabalhar em moda.

Não me interessava esse mundo, mas si o feito fotográfico. Tirava imagens e, sobre tudo, lia. Fez uma exposição em 1983 e, anos depois, vim para a facultade de Santiago a fazer a tese.

—Também foi professor de matérias associadas à fotografia em Ciências da Comunicação. Acha que numa sociedade como a atual, com um peso tão grande da imagem, se lhe outorga o suficiente espaço no estudo?

Eu acho que há algo de verdade incompreensível, quer no nosso país quer no Estado espanhol, numa sociedade, como ti acabas de apontar, absolutamente atravessada pela imagem. Hoje todo o mundo já é fotógrafo, porque todos temos um telemóvel. Neste contexto, parece-me extraordinário que não exista a possibilidade de estudar fotografia, já não digo em lugares como Alemanha ou Reino Unido, onde existe a própria carreira. Estou a falar desse centro no que, se não me falhar a memória, eu fui o último professor da matéria que houve no departamento de Comunicação.

Uma pessoa pode rematar os estudos sem saber quem é Cindy Sherman ou Andreas Gursky. E alunado que rematou o grau não tinha possibilidade de continuar a formar-se no país, tinha que ir embora, a Catalunya, por exemplo. É incrível, passa o tempo e não avança. Um projeto como o Centro Galego de Fotografia, de Vigo, foi totalmente desprezado e hoje está ocupado por dependências administrativas.

—Do confinamento saiu o livro *Tres poetas en estado de alarma*, junto a Carlos Negro e José María Álvarez Cáccamo, no que você escreve "Quarentena", uma lúcida reflexão que parte do concreto para analisar aspectos muito mais profundos da sociedade. Como nascem os poemas desta série?

Como dizia Beckett, "escrevo porque provavelmente não sirvo para outra coisa", ainda que no meu caso diria também para cozinhar, que com humildade após 50 anos acho que o faço bem. Se uma pessoa com essas características não puder sair da casa, é lógico que escreva.

E vê diariamente uma série de questões que levam a pensar, como por uma parte se aplaude pontualmente ao pessoal sanitário enquanto há um enorme ataque ao sector. Aliás, todo isto era previsível no senso de que há uma constante agressão à natureza, vimos como doenças passam aos animais, já de velho, como a Sida.

—Nesses momentos limite aparece a necessidade de deitar fora certos pensamentos, imagino.

Claro, por exemplo, quando vim essas conferências diárias de sanidade, nas que as responsáveis compareciam com três militares detrás. Lembrou-me a esse 11 de setembro de 1973, ao golpe de Estado de Chile. Perguntaste onde estás a viver, por que precisamos a presença das forças armadas. A quarentena serviu-nos, ou devia servir, para conectar a situação presente com outras do passado.

—Outro dos seus interesses é a mitologia galega. Por que acha importante a reivindicação ou dignificação destes temas, que em último termo outorgam um valor negado à cultura popular?

Acostumo dizer que lhe devo tudo ao país. Acho que há duas ou três coisas de natureza universal que me movem, como a justiça, a igualdade ou a dignidade. E depois está o meu país, a sua língua ameaçada, a cultura e o território, as suas gentes. Nesse senso, a mitologia significa reivindicar o nosso.

Há coisas incríveis, como uma mulher que tem um filho sem relação sexual previa, que nos parecem o mais normal do mundo. Mas quando nos falamos da Santa Compañha, dizemos que é uma parvada. Essa cultura não é uma tontaria, as lendas explicam o mundo. E a diferença entre uma religião e uma mitologia é a mesma que existe entre um idioma e um dialeto, normalmente um idioma que não tem poder social.

—Falando dessa situação linguística, em 2013, num artigo publicado em *Sermos Galiza*, manifesta a sua decisão de adotar o padrão reintegracionista. Pode lembrar-nos quais são as causas?

Eu verdadeiramente sempre fui reintegracionista. Publiquei nos anos 80 no acordo de mínimos, que era a normativa que pode ser hoje da Academia, com mais léxico e a acentuação e o traço português. Depois abandono isso como muita gente e escrevo dentro dos máximos que permitia a norma oficial, com a introdução de muito léxico que não considero português. Houve um momento em que me resulta muito difícil seguir enganando-me a mim próprio.

Um dia presento um texto e desde a editora faz-me por volta de 300 correções. Como sou de ciências e gosto de botar contas, vejo que em 86% mudam a palavra galega por outra espanhola. Isto é um dispositivo de espanholização.

—Em *Da identidade à norma* já definia o fundamentalmente político e não filológico dessa opção.

Claro. Um linguista muito reconhecido, Miquel Siguán, admite que uma norma se decide por motivos extralinguísticos. É algo convencional. Não sei por que se escolhe uma fórmula como "man" fronte a "mão" quando a segunda é absolutamente maioritária.

Há uma tendência a pôr barreiras artificiais ao achegamento ao português. Eu non falo como uma pessoa de Valença do Minho ou de Coimbra. Há que reivindicar o léxico galego, e depois todo aquilo que exista já em português não temos por que o inventar. Sei que isto traz umas consequências tremendas, porque a editorial na que estive durante 45 anos nega-me que possa publicar.

Até há uma sentença do Tribunal Superior de Justiça da Galiza dos anos 90 que diz que ninguém pode ser discriminado pela sua forma de escrever, um pleito da universidade de Vigo coa Xunta, que impugna os estatutos desta nos que se admite qualquer grafia. Editoras, prémios, concursos... seguem a ignorar isso.

—Acha que o movimento reintegracionista está a experimentar um pulo nos últimos anos?

Sim, mas quero matizar que o amor pelo teu país é independente do número de pessoas. Se não defendermos isto, que porvir lhe aguarda, por exemplo, ao euskera? Mas a quantidade no prestígio influi muito. A outra variedade do galego que se fala no Brasil, Angola ou Moçambique chega a 50 milhões de pessoas, para alguns é a quinta língua do mundo.

Ainda que não gostemos do argumento, o número conta decisivamente. Dito isto, se fôssemos poucos habitantes, devíamos defendê-lo igual, mais tendo esta oportunidade, desperdiça-la... Durante 200 ou 300 anos galego e português foram o mesmo idioma, e dalguma maneira o galego é pai do português.

Há tempo, dizia-me um catalão: "Estão totalmente tolos". Já vê o pragmatismo, se el tivesse uma língua que cumas poucas mudanças se convertesse na quinta ou sexta mais falada, o acordo faz-se em quatro horas. Há que lançar-se! Tudo isto num contexto no que um editor de primeira magnitude me disse: "estamos num lio do que há que sair". E mesmo uma pessoa da Academia [não diz quem] admite: "Eu penso que o reintegracionismo tem razão". Vê-o tudo o mundo, mas parece que resulta difícil ceder.